



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular Doutoramento

Unidade curricular

Introdução ao Direito Privado

Tema: Interpretação da lei e activismo judicial (tendo presente o Direito português)

Tema alternativo (v. *infra*, 2.^a ficha de unidade curricular): Autonomia Privada e Constituição da República Portuguesa.

(O tema, entre estes dois, será o que tiver maior número de inscrições. Caso não seja possível manifestar a preferência no momento da inscrição será o que for decidido na primeira aula, ouvindo os Estudantes)

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

João Pedro Charters de Azevedo Marchante 2 horas/semana

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

- Conhecer (seja no plano teórico, seja no plano da resolução de casos concretos, à luz de decisões jurisprudenciais) o regime jurídico do método de interpretação da lei e das demais operações metodológicas admitidas em certo ordenamento jurídico, privilegiando-se, aqui, o Direito português. Sublinha-se a omnipresença destas matérias, na resolução dos casos juridicamente relevantes.
- Caracterizar (nos acima referidos dois planos) o activismo judicial (como violação da separação dos poderes estabelecida no ordenamento jurídico em causa).

Conteúdos programáticos

A) O método de interpretação da lei: breve caracterização.

- 1- O lugar da interpretação da lei, no Direito.
- 2- Confronto com o preenchimento de conceitos indeterminados normativos, com a ponderação de princípios jurídicos, e com a detecção/integração de lacunas.

B) O método de interpretação da lei e o activismo judicial.

- 1- Os “elementos interpretativos” (letra, unidade do sistema, conjuntura actual, trabalhos preparatórios, conjuntura histórica, teleologia – atentas as relações entre estes elementos) e o activismo judicial.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 2- Os “resultados interpretativos” (em especial, a interpretação extensiva, a redução teleológica e a interpretação correctiva) e o activismo judicial.
- 3- A pré-compreensão e o activismo judicial
- 4- O caso concreto e o activismo judicial.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Conhecer os conteúdos programáticos indicados, partindo das fontes do Direito e do exame de decisões jurisprudenciais, contribui para o domínio teórico-prático do regime da interpretação da lei, e assim, para a boa resolução de qualquer caso juridicamente relevante. Contribui, ainda, para o reconhecimento de casos de activismo judicial.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Aulas teórico-práticas (de 2 horas), em regime de seminário, centradas no diálogo entre estudantes e entre estudantes e docente, sobre subtemas indicados pelos Estudantes e confirmados pelo docente (nomeadamente, para conciliação entre subtemas dos vários Estudantes). O subtema pode consistir em exame de acórdãos. O estudante é avaliado pela prestação nas aulas (50%) e por texto (50%) sobre o referido subtema, até 30 páginas (além de páginas complementares como sejam as do índice e as da bibliografia), feito durante ou após as aulas.

Convites a Professores e Juizes dos tribunais superiores, para palestras, no tempo de aula, também em regime de seminário.

Disponibilidade para pequenos acertos nestas regras, após audição da turma, logo na primeira semana de aulas.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O regime de seminário, o estudo das fontes e o exame de decisões jurisprudenciais confrontam o Estudante com problemas jurídicos, proporcionando o conveniente treino na investigação, reflexão e comunicação dos resultados alcançados. Ao serviço da produção jus-científica, da docência académica, dos estudantes e dos práticos do Direito.

Bibliografia principal

Bibliografia complementar à bibliografia geral: os textos a indicar a propósito de cada subtema.

Sugestões de bibliografia geral:

AAVV

O Tribunal Constitucional e a Crise – Ensaio Crítico, Org. Gonçalo de Almeida Ribeiro e Luís pereira Coutinho, Coimbra, Almedina, 2014, pp. 105-131.

AGUILAR, Francisco

A Norma do Caso como Norma no Caso, Sobre a Prático-Axiológica Natureza da Intersubjectiva Realização (Unitária) do Direito, Coimbra, Almedina, 2016.

ALBUQUERQUE, Ruy

“Direito de Juristas – Direito de Estado”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Vol. XLII, n.º 2, 2001, pp. 751-807.

AMARAL, Diogo Freitas do

“Da Necessidade de Revisão dos Artigos 1.º a 13.º do Código Civil”, in *Themis*, Ano I - n.º 1, 2000, Coimbra, Almedina, 2000, pp. 9 e seguintes.

ANDRADE, Manuel A. Domingues de

“Fontes de Direito. Vigência, interpretação e aplicação da lei”, in *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 102, Janeiro, Lisboa, 1961, pp. 141-152.

Ensaio sobre a Teoria da Interpretação das Leis, 3ª ed., Coimbra, Arménio Amado Editor, 1978.

ASCENSÃO, José de Oliveira

O Direito – Introdução e Teoria Geral, Almedina

BRANCO, Ricardo

“Ainda a submissão do Juiz à Lei – Breve apontamento sobre os paradigmas clássicos da resolução do problema e sobre o modo como se coloca no direito português”, in *Estudos em Memória do Professor Doutor António Marques dos Santos*, Vol. II, Coimbra, Almedina, 2005, pp. 271-292.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- BRITO, Miguel Nogueira de
Introdução ao Estudo do Direito, Lisboa, AAFDL, 2017.
- BRONZE, Fernando José
Lições de Introdução ao Direito, 2.^a ed., reimpressão, Coimbra, Wolters Kluwer Portugal / Coimbra Editora, 2010.
“Quae sunt Caesaris, Caesari: et quae sunt iurisprudentiae, iurisprudentiae”, in *Comemorações dos 35 Anos do Código Civil e dos 25 anos da Reforma de 1977*, Vol. II – A Parte Geral do Código e a Teoria Geral do Direito Civi
- CAETANO, Marcelo
“O respeito da legalidade e a justiça das leis”, in *O Direito*, ano 81.^o (1949), pp. 5-23.
I, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, pp. 77-87.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes / MOREIRA, Vital
Constituição da República Portuguesa Anotada, Artigos 1.^o a 107.^o, CRP Anotada Vol. I, 4.^a ed. Revista, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.
Constituição da República Portuguesa Anotada, artigos 108.^o a 296.^o, CRP Anotada Vol. II, 4.^a ed. revista, Coimbra, Coimbra Editora, 2010, pp. 514 e 515.
- CASANOVA, J. F. Salazar
O Direito nas Revistas Portuguesas, Coimbra, Almedina, 1992.
- CHUMBINHO, João
A Constituição e a Independência dos Tribunais, Lisboa, Quid Juris, 2009.
- COMISSÃO DA DIVULGAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL, presidida pelo Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz
Código Civil Português – Exposição documental, Lisboa, Ministério da Justiça, 1966.
- CORDEIRO, António M. da Rocha e Menezes
“Lei (aplicação da)”, in *Polis - Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, 3.^o Vol., Lisboa/São Paulo, Verbo, 1985, pp. 1046 e seguintes.
“Tendências actuais da interpretação da lei: do juiz-autómato aos modelos de decisão jurídica”, in *Tribuna da Justiça*, ano I (1985) n.^o 12, pp. 1 e seguintes. Texto subsequentemente publicado na *Revista Jurídica*, n.^o 9 e 10 (1987), Janeiro/Junho, Lisboa, 1987.
- Ciência do Direito e metodologia jurídica nos finais do séc. XX*, Separata da *Revista da Ordem dos Advogados*, Lisboa, 1989.
- Tratado de Direito Civil, I, - Introdução, Fontes do Direito, Interpretação da Lei, Aplicação das Leis no Tempo, Doutrina Geral*, 4.^a ed. reformulada e Atualizada, Coimbra, Almedina, 2012.
- “Das fontes do Direito e da Lei: a História presente”, in *Direito e Justiça, Estudos dedicados ao Professor Doutor Nuno José Espinosa Gomes da Silva*, Vol. I, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, 2013, pp. 117-142.
- CORTÊS, António
Jurisprudência dos princípios, Ensaio sobre os Fundamentos da Decisão Jurisdicional, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2010.
- DUARTE, Maria Luísa
Introdução ao Estudo do Direito, Lisboa, AAFDL, 2003.
- FRADA, Manuel A. Carneiro da
Direito Civil, Responsabilidade Civil, O Método do Caso, Coimbra, Almedina, 2006.
- GONÇALVES, Diogo Costa
“Dogmáticas de transição e o seu lugar na evolução dos sistemas”, in *Revista de Direito Civil*, n.^o I (2016), Coimbra, Almedina, 2009.
- HOMEM, António Pedro Barbas
O justo e o injusto, AAFDL, Lisboa, 2001.
- LAMEGO, José
Elementos de Metodologia Jurídica, Coimbra, Almedina, 2016.
- LOPES, J. J. Almeida
“Princípios Constitucionais da Separação de Poderes, da “Reserva do Juiz” e do Estado de Direito Democrático. Evolução do Contencioso Tributário Aduaneiro”, in *Revista do Direito Público*, ano III, 1989, n.^{os} 5 e 6.
- LOPES, José Mouraz
“Separação de poderes e criação do Direito: alguns tópicos para reflexão – Discurso de abertura das III Jornadas Açorianas de Direito”, in *Julgar*, n.^o 25 – Janeiro/Abril 2015, Coimbra Editora, pp. 11-18.
- LUÍS, Sandra Lopes
Introdução ao Estudo do Direito, Sumários das Aulas Práticas e Hipóteses Resolvidas, Lisboa, AAFDL, 2013.
- MACHADO, João Baptista
Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador, Coimbra, Almedina, 1985.
- MIRANDA, Jorge / MEDEIROS, Rui
Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I – Introdução Geral, Preâmbulo, Artigos 1.^o a 79.^o, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Constituição Portuguesa Anotada, Tomo II – Organização Económica, Organização do Poder Político, Artigos 80º a 201º, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

Constituição Portuguesa Anotada, Tomo III – Organização do Poder Político, Garantia e revisão da Constituição, Disposições finais e transitórias, Artigos 202º a 296º, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.

NEVES, António Castanheira

“Fontes de Direito”, in *Polis – Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, vol. 2, pp. 211 e ss, Verbo, Lisboa/São Paulo, 1986. (e in *Digesta*, vol. I, p. 337 e ss., Coimbra Editora, Coimbra, 1995)

“Interpretação jurídica”, *Polis – Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, 3.º vol., pp. 651 e ss., Verbo, Lisboa/São Paulo, 1985 (e in *Digesta*, vol. I, p. 337 e ss., Coimbra Editora, Coimbra, 1995).

“Método Jurídico”, in *Polis – Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, vol. 4, pp. 211 e ss, Verbo, Lisboa/São Paulo, 1986.

“O Instituto dos Assentos e a Função Jurídica dos Supremos Tribunais”, Coimbra, 1983 (com reprodução parcial em: “Da «Jurisdição» no actual Estado-de-Direito, in *AB VNO AD OMNES, 75 Anos da Coimbra Editora*, Coimbra, Coimbra Editora, 1998, pp. 177-227).

“O poder judicial (a jurisdição), o direito e o Estado-de-Direito”, in *Revista Brasileira de Direito Comparado*, Publicação semestral do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, Rio de Janeiro, 2011, pp. 35-65.

OTERO, Paulo

Lições de Introdução ao Estudo do Direito, I Vol., 1.º Tomo, Lisboa, ed. de autor, 1998.

Lições de Introdução ao Estudo do Direito, I Vol., 2.º Tomo, Lisboa, ed. de autor, 1999.

PALMA, Maria Fernanda

“Constitucionalidade e Justiça: novos desafios para a justiça constitucional”, in *Themis*, Ano I, n.º 1 (2000), 21-31

“Eichmann em Jerusalém - a banalidade do mal ou a excepcionalidade do bem nas sociedades totalitárias”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda*, Ed. da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, vol. VI, 2012, pp. 245-351

PINHEIRO, Luís de Lima

Introdução ao estudo do Direito, Vol. I e II, ano lectivo 2015/2016, diapositivos 351-360

QUEIROZ, Cristina

“A interpretação jurídica”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Marcelo Caetano, No Centenário do seu Nascimento*, Vol. I, Ed. da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, 2006.

“Constituição e Poder Judicial”, in *20 anos do Código das Sociedades Comerciais*, Vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, pp. 523-534.

SAVIGNY, F. Von

Sistema del Derecho Romano Actual, Tomos I-II, Pamplona, Analecta editorial, 2004.

SERRA, Adriano Paes da Silva Vaz

“Discurso do Ministro da Justiça, pronunciado na sessão de abertura dos tribunais em 1 de Outubro de 1940”, sem título, subordinado ao tema «o papel do juiz na interpretação da lei» (cf. título atribuído na subsequente publicação deste discurso na *Revista da Ordem dos Advogados*, ano I (1941), n.º 1, 1.º e 2.º trimestres, Lisboa), in *Boletim Oficial do Ministério da Justiça*, ano I, n.º 1, 1940.

“Discurso do Ministro da Justiça, pronunciado na sessão de abertura do ano judicial em 24 de Janeiro de 1944”, sem título, subordinado ao tema «valor prático dos conceitos e da construção jurídica» (cf. p. 2 do texto), in *Boletim Oficial do Ministério da Justiça*, ano IV, n.º 21, 1944.

SILVA, Joana Aguiar e

Para uma Teoria Hermenêutica da Justiça – Repercussões Jusliterárias no Eixo Problemático das Fontes e da Interpretação Jurídicas, Almedina, Coimbra, 2011.

SOUSA, Marcelo Rebelo de / GALVÃO, Sofia

Introdução ao estudo do Direito, 5.ª ed., Lisboa, Lex, 2000.

SOUSA, Miguel Teixeira de

Introdução ao Direito, Coimbra, Almedina, 2012.

TELLES, Inocência Galvão

Introdução ao estudo do Direito, Vol.s I (1999) e II (2000), 11.ª ed. (refundida e actualizada), Coimbra, Coimbra, 199

VARELA, João de Matos Antunes

“Do projecto ao Código Civil”, comunicação feita na Assembleia Nacional, no dia 26 de Novembro de 1966, in *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 161, 1966, pp. 5-85.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular Doutoramento

Unidade curricular

Introdução ao Direito Privado

Tema: Autonomia privada e Constituição da República Portuguesa

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

João Pedro Charters de Azevedo Marchante 2 horas/semana

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Conhecer o regime da autonomia privada, em especial, da liberdade contratual. Tendo presente o regime geral do negócio (com sede no Direito civil) e a Constituição; e conhecer o modo como os tribunais actuam, perante esse regime.

Ou seja, respectivamente, tratar o tema na perspectiva da ciência do Direito e na perspectiva da sociologia jurídica.

Preparação do jurista para trabalhar, a propósito do negócio jurídico,

- com o sistema globalmente considerado (incluindo, assim, a Constituição), seja no plano teórico, seja no plano da resolução de casos concretos,
- e com decisões jurisprudenciais.

Conteúdos programáticos

- O fundamento da tutela constitucional da autonomia privada;
- o âmbito dessa tutela;
- limites ao legislador ordinário, na fixação do regime do negócio jurídico;
- limites à liberdade contratual (decorrentes de normas constitucionais injuntivas);
- resolução de conflitos entre direitos fundamentais: por exemplo, a liberdade contratual *versus* o direito a tratamento não-discriminatório;
- reflexos do regime constitucional no conceito *negócio jurídico*;
- reflexos desse conceito no sistema jurídico: o negócio e as fontes do Direito. Relevância da conceptualização;
- confronto entre o regime apurado e a prática dos tribunais.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Conhecer os conteúdos programáticos indicados, partindo das fontes do Direito e do exame de decisões jurisprudenciais, proporciona o conhecimento teórico-prático do regime da autonomia privada, no sistema jurídico.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Aulas teórico-práticas (de 2 horas), em regime de seminário, centradas no diálogo entre estudantes e entre estudantes e docente, sobre subtemas indicados pelos Estudantes e confirmados pelo docente (nomeadamente, para conciliação entre subtemas dos vários Estudantes). O subtema pode consistir em exame de acórdãos.

O estudante é avaliado pela prestação nas aulas (50%) e por texto (50%) sobre o referido subtema, até 30 páginas (além de páginas complementares como sejam as do índice e as da bibliografia), feito durante ou após as aulas.

Convites a Professores e Juizes dos tribunais superiores, para palestras, no tempo de aula, também em regime de seminário.

Disponibilidade para acertos nestas regras, após audição da turma, logo na primeira semana de aulas.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O regime de seminário, o estudo das fontes e o exame de decisões jurisprudenciais confrontam o Estudante com problemas jurídicos, proporcionando o conveniente treino na investigação, reflexão e comunicação. Visando a produção jus-científica, ao serviço dos académicos, dos estudantes e dos práticos do Direito.

Bibliografia principal

Bibliografia complementar: os textos a indicar em cada aula, a propósito de cada subtema.

Bibliografia básica:

ANDRADE, José Carlos Vieira de

Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976, 5.^a ed (2017), Coimbra, Almedina

ANDRADE, Manuel Domingues de

Teoria geral da relação jurídica, I e II, Coimbra, Almedina, 1987

CANOTILHO, José de Gomes, e MOREIRA, Vital

Constituição da República Portuguesa Anotada, vol I (2007), vol II (2010), ambos Coimbra, Coimbra Editora

CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes

Tratado de Direito Civil, vol I, 4.^a ed. reformulada e atualizada (2012); e vol II, 4.^a ed. (2014), ambos Coimbra, Almedina

Direitos Reais, CEF, INCM, 1979

CORREIA, José Manuel Sérvulo

Legalidade e autonomia contratual nos contratos administrativos, Coimbra, Almedina, 2013

CUNHA, Paulo

Teoria Geral da Relação Jurídica, Lisboa, AAFDL, 1960

FERNANDES, Luís de Carvalho

Teoria Geral do Direito Civil, vol I (2012) e vol II (2010), Lisboa, UCP

LAMEGO, José

Elementos de Metodologia Jurídica, Coimbra, Almedina, 2016

LIMA, Fernando Pires de, e VARELA, João de Matos Antunes

Código Civil Anotado, 4.^a ed. (1987), Coimbra, Coimbra Editora

MARQUES, José Dias

Teoria Geral da Relação Jurídica, vol I (1958), e vol II (1959), ambos Coimbra, Coimbra Editora

MIRANDA, Jorge

Direitos fundamentais, 2.^a ed. (2017), Coimbra, Almedina

MIRANDA, Jorge, e MEDEIROS, Rui

Constituição Portuguesa Anotada, tomo I (2005), tomo II (2005) e tomo III (2007), todos Coimbra, Coimbra Editora

MONCADA, Luís Cabral de,

Lições de Direito Civil, 4.^a ed. (1995), Coimbra, Almedina

NEVES, António Castanheira

Questão-de-facto – Questão-de-Direito, Coimbra Almedina, 1967

PINTO, Carlos Alberto da Mota

Teoria geral do direito civil, 3.^a ed. (1990), Coimbra, Coimbra Editora

PRATA, Ana

A tutela constitucional da autonomia privada, Coimbra, Almedina, 1982

TELLES, Inocêncio Galvão

Manual dos contratos em geral, 4.^a ed (2002), Coimbra, Coimbra Editora